



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA- PLANO DIRETOR.

LOCAL: R: OLAVO FONTOURA, Nº 1.209-AUDITÓRIO CELSO FURTADO.

DATA: 06/04/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente que estuda o substitutivo ao PL 688/13 do Executivo que aprova o Plano Diretor Estratégico no Município de São Paulo.

Estão presentes os Srs. Veredores Nabil Bonduki, Relator do projeto do Plano Diretor e o Vereador Dalton Silvano.

Procederemos da seguinte maneira: vamos passar a palavra ao Vereador Nabil para falar, rapidamente, sobre o processo e como chegamos a essas conclusões, bem como sobre como estamos caminhando; em seguida, ouviremos cada um dos relatores dos grupos de trabalho que se compuseram e já têm o que apresentar.

Portanto, aqueles relatores que estiverem presentes, por favor, podem compor a Mesa conosco e, em seguida, vamos anunciá-los.

Esse é um processo extremamente importante, tem sido visto pela sociedade paulistana a participação dos grupos organizados na elaboração de um texto final do Plano Diretor para a cidade de São Paulo. Essa é, talvez, a maior mobilização que tivemos ao longo das últimas décadas de um projeto único e da maior relevância que é o Plano Diretor de São Paulo e é uma nova maneira, é uma maneira mais avançada e mais participativa para que possamos elaborar leis que são, muitas vezes, desconhecidas da população.

O Plano Diretor tem muito dos seus artigos que são autoaplicáveis, ou seja, votando, em primeira, daqui uns dias e, em seguida, votando, em segunda, nos já passamos a ter uma lei que muitos dos artigos já estão valendo. Daí, a importância de estarmos avisando e deixando bem claro. Outros artigos terão de ser regulamentados, mas, com certeza, uma boa parte do Plano Diretor está tão clara e é autoaplicável tão logo seja publicada a sanção pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad.

Passo a palavra ao Vereador Nabil Bonduki, que é o Relator do projeto e que dará uma explicação, exatamente, sobre o processo da condução dos trabalhos.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos. Achamos mais adequado fazer essa plenária nesse auditório, pouco menor do que o grande, para termos mais condição de diálogo. O auditório maior dispersava um pouco, esse parece um pouco pequeno demais, mas acho que dá para acomodar a todos adequadamente.

A nossa dinâmica, hoje, será depois do trabalho dos grupos. Todos os grupos se reuniram ontem à tarde. Ao final da tarde, foram realizados os relatórios das reuniões de ontem mesmo. Hoje, esses relatórios foram debatidos de novo nos grupos.

Então os relatórios estão chegando aqui e já passaram pelo processo de retorno aos grupos. Faremos a apresentação, dez minutos, para cada relator. Peço aos relatores não se estenderem além de dez minutos, se não teremos de prolongar muito nossa sessão de hoje. E, depois disso, abriremos para algumas inscrições, que, pedimos não serem muitas, para que cada um fale por dois minutos, no máximo, apenas para eventuais reforços de algumas questões a serem colocadas. Não podemos estender muito, senão vamos furar o horário do almoço e ficará muito tarde para todos.

A sessão de hoje tem o principal objetivo que é todos conhecerem o que cada grupo debateu. Poderemos ter, assim, uma síntese global de todo esse processo desses dois dias.

Lembro a todos que teremos ainda 7 audiências públicas, a princípio. Acontecerão 3 audiências públicas temáticas sobre Meio Ambiente, Habitação e Mobilidade. Meio Ambiente, no dia 15 de abril, de manhã, das 9h às 14h; Habitação no dia 16, das 9h às 13h; e Mobilidade, dia 17, das 9h às 13h. Todas acontecerão na Câmara Municipal de São Paulo.

Teremos também as audiências públicas regionais, no mesmo período, entre os dias 14 e 17. Então, a Norte, no dia 14, na Subprefeitura de Santana; no dia 15, a Sul, no CEU Meninos do Ipiranga; dia 17, a Centro-Oeste, na Faculdade Sumaré, em Pinheiros; e no dia 17, a Leste, no Senai da rua Bresser. Todas à noite.

Então nessas audiências públicas, aquilo que desse processo, eventualmente,

ainda tiver ficado como questões, poderemos sanar todas as dúvidas. Esse é o período da última oportunidade de manifestação da sociedade.

Esse processo vai gerar um relatório sobre o nosso substitutivo. A expectativa, pelo menos da Comissão, é que possamos votar, nessa semana, na Comissão de Política Urbana e todas as alterações entrarão, provavelmente – claro que isso não depende só de nós, da Comissão, depende do plenário -, entre a primeira e a segunda votações. Seria um momento em que, eventuais alterações do texto, seriam contempladas, junto com outras eventuais alterações que fossem feitas pelos Vereadores.

É um pouco essa a nossa dinâmica daqui para a frente. Acho que é importante que possamos ter o melhor resultado desse processo. Acreditamos que nunca tivemos tanta oportunidade de participação para ir, gradativamente, melhorando um projeto de lei.

Agora, é claro que nem sempre tudo aquilo que se reivindica poderá estar dentro de um texto final que é aquele que a ser aprovado. Mas tenderemos a estar, o mais próximo possível, de um denominador comum que leve em conta todos os pontos de vista e uma visão de coerência. Afinal, o projeto deve ter uma coerência para uma segunda etapa que é a lei de zoneamento e, depois, os planos regionais e todo o desdobramento da legislação urbanística.

Então devolvo a palavra ao Presidente que vai conduzir os trabalhos, o nobre Vereador Paulo Frange.

Antes de concluir, quero agradecer muito a nossos moderadores, os contêuidistas – aqueles que apresentaram as propostas específicas no grupo de ontem – e também os dois Relatores. O pessoal ficou aqui até quase 11 horas, outros mais, outros menos, mas, de qualquer maneira, entre 10 e 11h, ainda havia coordenadores de grupo e relatores trabalhando para podermos chegar, hoje de manhã, com resultado.

Agradeço também o pessoal da organização que ajudou em tudo, a Ivaniza, a Núria, a Silvia, fora o pessoal do Anhembi e todos os assessores de Vereadores, os assessores do meu gabinete que se empenharam para que pudéssemos ter o resultado desse

processo que acho ter sido bastante positivo.

Muito obrigado também à *TV Câmara* que está cobrindo, ao vivo, esse evento, portanto, tudo que for apresentado hoje, aqui, está, ao vivo, sendo transmitido para aqueles que não vieram. Os telespectadores, em casa, que quiserem ligar para os seus representantes, mandar uma mensagem para suas listas, é só ligar na *TV Câmara* e estarão acompanhando o resultado desse trabalho. Listas, que só as pessoas ligarem na *TV Câmara*, vão estar vendo o resultado desse trabalho. É o máximo possível de divulgação, publicidade, transparência que é possível em nossas condições aqui em São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado nobre Vereador Nabil. Agradecemos a presença da companheira Ana Martins, ex-vereadora e Vereador Murad, obrigado pela presença.

Com a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sinto-me contemplado com a fala do nosso relator Nabil, colega, vereador amigo e quero apenas cumprimentar e parabenizar a todos pelo trabalho. Trabalho duro, trabalho técnico, trabalho realmente da comunidade e por estar participando dessa importante audiência pública. E estamos aqui para ouvir os relatores sobre o resultado dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O primeiro relator a fazer uso da palavra, é o relator do grupo 5 – Moradia, Regularização Fundiária e Urbanização, André Ramos.

O SR. ANDRÉ RAMOS – O grupo 5 ficou responsável pela regularização fundiária e urbanização e dividimos nos seguintes tópicos de trabalho e discussão. Função social da propriedade e instrumentos para sua indução. Neles são contidas alterações do Art. 108 do Plano, aplicação da cota de solidariedade passa a ser para empreendimentos com área construída computável acima de 10mil metros. Alteração do Art. 87 - Os imóveis não edificados são, passando a vigor com 250m². Art. 88 – Os imóveis subutilizados com área superior a 250m². Criação de aplicação de IPTU sobre imóveis construídos não utilizados, por exemplo:

apartamentos, casas e sobrados, independente da sua área construída. Transformar imóveis vazios ou ocupados irregularmente localizados em área central para habitação de interesse social. Regularização fundiária e diretrizes gerais: combate a especulação imobiliária em ocupações, em loteamentos e outras áreas da cidade que não existe endereços oficiais, combater os endereços não oficiais, regularização, pois dificulta a vida do morador a falta de endereço. Construção de equipamentos públicos em áreas remanescentes de loteamentos, como por exemplo, no fundo da favela Ipanema no Jaraguá. Garantir a posse formal, ainda que provisória para os loteamentos irregulares. Facilitar a regularização fundiária nas favelas, nos loteamentos, antigos loteamentos e ocupações de áreas públicas. Regularização fundiária de templos religiosos, desde que respeitam os preceitos das legislações, não pagamento de IPTU e função do trabalho social dessa entidade. Subsídio para certidão de posse e isenção de isenção de impostos para construção, Isenção de ISS, anistia de IPTU, anistia de construção nas áreas que tem de ser regularizadas. Instrumento de regularização fundiária, facilitar a regularização fundiária com aplicação da concessão do direito real de uso, usucapião, demarcação urbanística, legitimação de posse, assessoria técnica, jurídica, gratuita, parceria com a Prefeitura, moradores e estudantes de universidades. Alterar o zoneamento de Zepam que já estão ocupadas para o zoneamento de Zeis 1, sobretudo para a população de baixa renda. Prevê nos assentamentos, até à aprovação do Plano Diretor, mesmo que não demarcados no mapa 4, sejam marcados Zeis 1 nessas áreas. Maior participação e articulação entre os conselhos. Sejam eles participativos, habitação e gestores de Zeis. Maior descentralização nas subprefeituras, sobretudo para os serviços da SEAB. Bolsa Aluguel é desperdício de verba pública, pois não é atendimento definitivo, deve ser utilizado atendimento definitivo para todas as famílias. Mercado de aluguel informal, As pessoas estão sujeitas a altos valores e especulação imobiliária. A Prefeitura tem de regularizar fiscalizar os alugueis. Fiscalização de todos os loteamentos irregulares do setor imobiliário e de todos os conjuntos já entregues pela Prefeitura. Estruturar o setor de atendimento aos mutuários e mediação dos

conflitos, garantindo critérios e procedimentos para negociação das dívidas das pessoas, qualidade e respeito no atendimento do público, setor público com as pessoas. Implementar o programa de regularização dos conjuntos já entregues pela COHAB e SEAB, sobretudo nas urbanizações de favelas com prazos definidos. Incluir no Plano Diretor Estratégico, anistia para dívida dos mutirões e dos movimentos populares, urbanização com saneamento, infraestrutura e equipamentos públicos, inclusive nas áreas remanescentes de loteamentos, alterar o modelo de concessão de serviços de saneamento, concedidos a Sabesp e demais concessionárias dos serviços públicos, para garantir que os serviços públicos cheguem também às áreas irregulares. As famílias removidas por projetos de urbanização devem ser reassentadas no próprio local. Utilizar também, parte dessas áreas para assentar demandas de outros locais da Prefeitura e dos movimentos de moradia. As famílias removidas por risco e urbanização só devem sair de suas casas para unidades habitacionais definitivas e prontas. Faltam Zeis-2 porque especulação imobiliária se apropriou das terras de Zeis. Ampliação das Zeis. Aquisição de terra para produção habitacional, sobretudo na região e M'Boi Mirim, e outras da cidade. cadastrar para o programa Minha Casa Minha Vida, diretamente nas Agências da Caixa Econômica Federal e nas Secretarias Municipal de Habitação. Destinar os edifícios públicos abandonados para habitação de interesse social. Garantir habitação de interesse social nos planos de adensamento, nos eixos. Isenção do pagamento de outorga onerosa para habitação de interesse social, mais políticas públicas para produção de habitação, transformar cortiços existente próximos aos hospitais na região da Vila Mariana e regularizá-los como forma de moradia para as pessoas que fazem tratamento contínuo e portadores de deficiências.

Alteração dos raios de adensamento dos eixos de 500 metros para mil metros, ou, no mínimo, 800, para que as pessoas possam ocupar essas regiões.

Falta de transporte público, como metrô, na zona Norte.

Interrupção da construção de empreendimentos que geram polo de tráfego.

Sinalização e gestão de tráfego na periferia.

Falta de equipamentos de saúde, lazer e esporte nas diversas regiões da Cidade, como, por exemplo, Vila Marina, Jaçanã, M'Boi Mirim e Jardim Peri.

Capacitação dos conselheiros e da sociedade civil para desenvolver ações de proteção das áreas verdes, das áreas de habitação e áreas de proteção.

O SR. PRESIDENTE (PAULO FRANGE)- Parabéns, André Ramos.

Em seguida, vamos passar para o segundo relatório, de Michele Lima, sobre gestão democrática.

A SRA. MICHELE LIMA – Bom dia a todos. O nosso grupo de trabalho foi sobre gestão democrática. Ontem, nós nos reunimos com 44 pessoas. Destas, 20 se inscreverem oralmente e 10 fizeram contribuições escritas, e tudo que vou ler aqui faz parte dessas duas seleções.

Percebemos que a maior parte das contribuições foi sobre composição e competência dos conselhos, processo participativo e monitoramento e avaliação da implementação do Plano Diretor.

Então, no primeiro grande grupo temos: “Propostas relativas à composição e competência dos conselhos:

Aumento da participação dos representantes do Conselho Municipal de Habitação no CPMU de 1 para 2.

Aumento de representantes do Conselho Municipal de Política Urbana no Conselho Gestor do Fundurb.

Manutenção da destinação de 30% dos recursos adquiridos pelo Fundurb para aquisição de terrenos para Habitação de Interesse Social. Além disso, 20% dos recursos para produção de novas unidades habitacionais. No total, 50% dos recursos do Fundurb para habitação de interesse social.

Implantar a proporcionalidade de 26% de representantes dos movimentos de moradia no Conselho Municipal de Política Urbana.

Aumentar de um para quatro membros os representantes sindicais no Conselho Municipal de Política Urbana para garantir a participação de diferentes sindicatos e categorias”.

Hoje discutimos um pouco sobre a questão dos conselhos não serem somente consultivos, mas também deliberativos. (Palmas)

“É preciso haver uma eleição própria para o Conselho, sem depender da Conferência da Cidade para fazer essa eleição.

O Plano Diretor foi feito com as propostas discutidas na base, nos movimentos sociais e em outros setores. Foram propostas construídas coletivamente. O texto final precisa refletir as propostas da base. Os movimentos precisam continuar participando das instâncias participativas e estar presentes também no momento da votação do Plano Diretor.

Incluir dispositivos que permitam que as políticas públicas municipais sejam discutidas e consultadas ou deliberadas nos respectivos conselhos eleitos”.

O segundo tema: “Propostas relativas ao processo participativo:

Geralmente, os debates são feitos com a leitura integral do texto a partir dos destaques feitos pelos munícipes.

O material deveria ter sido disponibilizado com mais antecedência para a população poder ler e apontar sugestões e críticas e fazer o debate.

É preciso continuar pressionando e participando do processo de tramitação na Câmara, pois ainda será emendado por Vereadores.

Promover debates em universidades, apresentar os itens e temas do Plano Diretor em dias distintos para que qualquer pessoa possa acompanhar as discussões sobre todos os temas”.

Próximo tema: “Monitoramento, Avaliação e implementação do Plano Diretor:

Garantir que as propostas e políticas elaboradas e previstas no Plano Diretor, quando implementadas, contenham a informação de que são originárias do Plano.

Para facilitar o acesso aos dados, inserir a obrigatoriedade de pelo menos três tipos

de extensão para arquivos eletrônicos com dados públicos. Arquivos de figura em PDF e JPEG e outros arquivos técnicos como KMZ.

Incluir estudos sazonais da efetividade da participação, a ser realizados por empresas independente, licitadas ou pela Controladoria Geral do Município”.

“Proposta referente a planejamento:

O planejamento da Cidade precisa ser pautado em uma dinâmica a partir dos problemas locais, em uma visão micro, e assim buscar solucionar os problemas de toda a cidade em uma visão macro”.

“Proposta referente à habitação:

Crítica ao não atendimento habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida às famílias que obtiveram melhora na renda, ultrapassando três salários-mínimos.

Crítica também ao não atendimento habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida a homens solteiros e sem filhos”.

“Proposta referentes a equipamentos sociais:

Abertura de unidades educacionais administradas indiretamente, A-6, para uma gestão democrática, com implementação dos conselhos de escola e associação de pais e mestres”. Discutimos bastante esse tema. As creches conveniadas não têm a obrigatoriedade de ter um conselho participativo. A população pediu isto hoje: dentro das CEIs houvesse espaço de diálogo e gestão democrática.

“Alteração do artigo 282, parágrafo único, esclarecendo que não são todos os templos religiosos que exercem atividades complementares aos sistema de equipamentos urbanos e sociais. E os templos que exercem tal atividade nem sempre realizam assistência social.

Revitalização do Clube Escola Centro Esportivo em Pirituba e Clube Escola Branca Baby para atrair os jovens e incentivar a prática esportiva, afastando-os da influência das drogas com ofertas de cursos e atividades”.

“Propostas referentes à população em situação de rua:

Quando houver política ou ação territorial, contemplar a participação de moradores de rua nos órgãos participativos.

Ausência no texto do PDE de albergues e políticas de acolhimento para os moradores em situação de rua”. Nós consultamos. Isso está no artigo 285, inciso XVIII, mas não tem o termo albergue, e a discussão foi no sentido de incluir no Plano Diretor esse termo.

“Proposta referente aos recursos do Fundurb:

1. A periferia não receberia recursos conforme o texto anterior. É preciso alterar as macroáreas onde os terrenos poderão ser adquiridos com recurso do Fundurb, para que a periferia possa ser contemplada.

2. Estender o perímetro de aplicação descrito no artigo 316 sobre a utilização dos recursos do Fundurb para aquisição de terrenos em todas as ZEIS, exceto na ZEIS 5.

Proposta referente a articulação entre os níveis de Governo. A cooperação entre o município e o estado foi suprimida no texto do substitutivo e nós localizamos. Está no artigo 299.

Proposta referente a outros temas: 1. Abertura de acesso para Rodoviária do Tietê próximo ao Km 17, na Rodovia dos Bandeirantes. Descentralizar a Cidade com oferta de emprego nas periferias evitando deslocamentos.

Por último, exclusão dos seguintes instrumentos: concessão urbanística, reordenamento urbanístico integrado, AEL e AIL.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Michele. Vamos passar a mais um relatório, que é do uso e ocupação do solo, adensamento e outorga. Relator Marcos Campos.

O SR. MARCOS CAMPOS – Boa tarde a todos. No nosso grupo reuniram cerca de 120 pessoas, 25 pessoas se inscreveram para fazer intervenções. Totalizaram 57 contribuições

inscritas e 66 contribuições orais.

Separamos, como todos os grupos, a partir de temas que surgiram. O primeiro é o adensamento. Controle do processo de adensamento construtivo de saturação viária, por meio da contenção do atual padrão de verticalização, da restrição à instalação de uso gerador de tráfego e do desestímulo a atividades não residenciais incompatíveis com o uso residencial.

O PDE não pode desprezar a questão do controle de estoque em relação à questão do aumento da densidade em torno dos eixos. Não há viário e não há infraestrutura para o adensamento proposto. Retirar eixos de adensamento de áreas de mananciais.

Zoneamento. Questões gerais. A anistia das multas impostas pelo zoneamento nos casos onde houve transformação do zoneamento, em 2004. Operação de uso nas vias locais. Diferenciar autorização do uso não residencial das vias locais em bairros de urbanização consolidada e em bairros periféricos.

Manifestação contra as propostas do zoneamento no PDE. Eliminar permissão da criação de novas tipologias de zonas pela lei de parcelamento uso e ocupação do solo. Exclusão do mapa oito de resíduos sólidos até que a nova lei de zoneamento seja aprovada.

Possibilitar agências de correios nas ZEPECs, ZECLs, modificando-se a lei 13.885. Incluir na ZPI sem atividades industriais a possibilidade da utilização pública também em vias locais.

Exigir EIV-RIV para as zonas EPC, APC e para os polos de economia criativa. Proibir a construção do aeroporto de parselheiros. Ver as áreas de proteção de controle e ocupação nos mananciais. Que a ZEPECs e ZCs sejam suprimidas ou discutidas nos planos regionais.

Proibir a construção de aeroportos em áreas rurais. Proposta de mudança de redação do artigo 13, inciso I e II, que engessam o zoneamento a ser discutido no processo de revisão da lei de zoneamento e planos regionais.

A ZEPEC Pacaembu, área de 40 mil metros quadrados da Fundação Escola de

Medicina existe uma polêmica entre a instalação de curso de pós-graduação e posicionamento contrário da Associação de Moradores. Rever cada ZEPEC separadamente para dinamizar o uso de cada ZEPEC.

Questões específicas. Rua Inácio Luiz da Costa, Parque São Domingos, deve ser enquadrada como via de uso comercial com anistia. A Av. Ceci, enquadrar como zona de uso misto. Rua Irmão Gonçalo, enquadrada como zona de uso misto ou comercial. Incluir as residências do Parque Anhanguera no zoneamento.

Impedir a instalação de unidades do sistema de resíduos sólidos próximos às residências na Av. Manoel Domingos Pinto. Adequar a lei para a realidade existente nas avenidas listadas em documento protocolado. Rua São Benedito, Av. Morumbi, Rua Irmão Gonçalo, na região de Pinheiros.

Criação de zonas de transição para ZER. Alterar coeficiente da ZER 1 e permitir o desenvolvimento econômico local. Permitir enquadramento como uso misto com entorno comercial consolidado em áreas de ZER. Manutenção da ZER com a criação de comércio de pequeno impacto e de serviços. ZER de qualificação da urbanização. Imprimir diretriz de manutenção da ZER. Morador de bairro em ZER propõe a mudança de zoneamento do bairro.

Vagas de estacionamento. Que as garagens sejam consideradas como área computável. Não incluir subsolos para garagens como área computável. Existe uma polêmica sobre a existência e quantidade de vagas em novos empreendimentos. Rever parâmetro de incomodidade de vagas para uso não residencial em áreas consolidadas para regularizar as atividades existentes nos locais.

Impedir a demolição de prédios na operação urbana Centro. Suprimir artigo 349, demolição de prédios no Centro. O que se quer é a recuperação dos prédios. Não limitar a altura dos prédios em oito andares. A limitação já está no CA. Os prédios têm de ter no máximo 12 andares. Reduzir gabarito(?) de 01 para 9 metros. Revisão de altura do gabarito para projetos no Centro Expandido e nos bairros. Estabelecer um escalonamento de gabarito para

regiões fora dos eixos.

Falta clareza na redação da questão das áreas de influência dos eixos. Transformar as áreas de influência dos eixos de estruturação em áreas de influência gradual, onde a medida que nos distanciamos dos eixos menores será o coeficiente de aproveitamento do terreno. Os perímetros dos eixos devem ser aprovados nos planos regionais. Compatibilizar transporte coletivo ao adensamento dos eixos de transformação urbana. Faltam ZEIS nos eixos de transformação urbana.

Outorga onerosa. Antes de conceder outorga onerosa avaliar o impacto no trânsito, a rede de esgoto, o calçamento e a limpeza das áreas para permitir a permeabilidade do solo. Cálculo de outorga está abusivamente caro. A outorga onerosa e o CEPAC não vêm acompanhados de equipamentos públicos. Deve ser considerado o subsolo e as garagens subterrâneas como área computável para efeito de construção e outorga onerosa. 50% da outorga onerosa deverá ser aplicada no distrito em que foi recolhida em obra para controlar os alagamentos, viário, áreas verdes e equipamentos sociais em Saúde, Educação e outros.

Incluir na tabela ou quadro 5 fator de interesse social, as unidades administrativas públicas e serviço público. Alterar valor do fator de planejamento de zero para dois. Instrumentos urbanísticos retirados do artigo 125 a 138. A definição genérica dos instrumentos urbanísticos apresentados nesses artigos torna possível que grandes áreas da Cidade possam ser transformadas, desapropriadas pelo setor privado para realizar projetos em controle social e debate necessário. Incluir no PDE a concessão real de uso para aquelas comunidades que pudessem ser organizadas.

Diversos. Operações urbanas devem incluir equipamentos públicos sociais na sua lista de obras. Facilitar a obtenção de alvará para viabilizar empresa na periferia. Construção de moradias para famílias com renda entre zero e três salários mínimos sobre imóveis comerciais em zonas de centralidade. Excluir clubes esportivos que ocupam áreas públicas do artigo 260, parágrafos 2º e 3º, que tratam de parâmetros para áreas verdes.

Retirar aterro do Jaraguá. Inclusão da categoria dos permissionários, ambulantes e artistas de rua no PDE. Alterar rodízio de veículos. Contra o corredor Nossa Senhora do Sabará, ao mesmo tempo a favor do corredor Miguel Yunes. Alterar artigo que trata dos clubes esportivos em apenas áreas particulares no caso de remembramento (?) de lotes. Incluir a revogação das leis que fizeram a venda de imóveis públicos na região da Subprefeitura de Pinheiros. Que todas as subprefeituras tenham um quadro único de regras para o zoneamento para que seja possível termos a visão do todo.

O Psiu e as subprefeituras não dão conta dos problemas de barulho. Existem só cinco artigos no PDE acerca da questão dos resíduos sólidos. Faltam equipamentos públicos em Pinheiros. Parâmetros de incomodidade. Incluir parâmetros de comodidade e horário de funcionamento. Mais ZEIS na região norte. Horário de funcionamento do Aeroporto de Congonhas deve ser respeitado.

Analisar especificamente o caso de ruas sem saída e vielas que não permitem o uso não residencial. Excluir ZEI na região do Parque Linear do Caxingui. Críticas aos métodos da revisão do PDE. Quais são as consequências e implicações em longo prazo dos coeficientes de aproveitamento e adensamento, capacidade de suporte. É necessário conhecer os estudos. Houve várias falas e posicionamentos contrários à especulação imobiliária.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Marcos Campos. Agradeço a presença do ex-Secretário Orlando Almeida.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Fernando Mello Franco, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Obrigado pela presença.

O próximo relatório é sobre eixo de mobilidade. Vai ser apresentado por Paula Oliveira.

O SRA. PAULA OLIVEIRA – Boa tarde. O nosso grupo discutiu os eixos de transformação urbana, mobilidade e polos de desenvolvimento. Com 62 pessoas presentes na

sala, 25 falas e muitas contribuições escritas.

Dividimos por temas. Primeiro: geral mobilidade. O padrão é gerar uma proposta. O plano de mobilidade deveria ser discutido e elaborado como parte integrante do plano diretor e não de forma autônoma por uma Secretaria.

Depois disso vamos por temas. 1. Pedestres. Foi considerado que houve avanços no texto do substitutivo, mas há necessidade de ajustes e complementações. É necessário adequar o texto do PL em relação às terminologias empregadas e as prioridades que variam segundo os artigos. Ora a prioridade parece ser a do pedestre. Ora do transporte coletivo. Foram citados os artigos 220 e 227.

Proposta de excluir as passarelas por serem inadequadas, inseguras e representarem barreiras aos pedestres. As transposições deveriam ser em nível. Calçadas apresentam dificuldades para pessoas com mobilidade reduzida. Deve ser aplicada a legislação já existente, especialmente relacionada à responsabilidade dos proprietários e a existência de obstáculos e buracos. Calçadas devem ser de responsabilidade do Poder Público e não dos proprietários.

Transferência entre modais deve ser integrada e deve ser projetada a partir da ótica do pedestre e da acessibilidade. Pensar no excesso de escadas, nas distâncias, etc. Houve proposta de exigir arborização nas calçadas. No entanto, foi lembrado que parte da Cidade sequer tem calçadas e que as árvores tirariam o espaço do pedestre. Portanto, a proposta alternativa seria de tirar as vagas de estacionamento da rua ampliando as calçadas e permitindo assim a arborização.

2. Sistema cicloviário. Considerou-se que houve avanços no texto do substitutivo, mas há necessidade de ajustes e complementações, entre elas, o sistema cicloviário tem a sua especificidade e autonomia. E não deveria ficar apenas com o sistema complementar ao sistema de transporte coletivo. Ele deve ser tratado como alimentador dos terminais de transporte coletivo.

Apresentou-se a importância da implantação de bicicletários nos atuais terminais já existentes, além dos novos a serem implantados. A alteração do sistema de estacionamento de bicicletas visando pleno acesso dos ciclistas a estabelecimentos comerciais e residenciais. No artigo 226 garantir a segurança geral dos ciclistas sem delimitar vias, reduzindo a velocidade de tráfego nas vias.

Reduzir as vagas de estacionamento nas vias ampliando a área para calçadas e ciclovias. Adequar as pontes e viadutos para passagem de ciclistas. O sistema viário deveria ser projetado de forma integrada ao sistema de áreas verdes. Áreas verdes deveriam ser um componente do sistema cicloviário.

Artigo 236. Destinar recursos do Fundurb para o transporte não autorizado, além do transporte coletivo. Proposta de ciclovia no Campo Limpo ligando a Av. Carlos Caldeira até a Ponte Burle Marx. Ao longo da ciclovia do Rio Pinheiros deveria ser criado um parque linear aumentando a qualidade de vida da população e a mobilidade, uma vez que alinharia os modais cicloviário e ferroviário.

Proposta de implantação de bicicletas com fiscalização e sanções em caso de violação do Código de Trânsito. Nesse caso tivemos uma proposta contrária, uma vez que o assunto não é pertinente ao plano diretor. Esse foi o argumento.

Documento protocolado propondo várias mudanças de redação do substitutivo, que é o documento do ciclo cidade que estamos considerando na nossa relatoria. Inserir no artigo 236, que trata dos componentes sistema cicloviário o inciso 5, sistema de compartilhamento de bicicletas. Prazo máximo de 12 meses para implantação do plano cicloviário.

3. Transporte de carga e abastecimento da Cidade. Autorizar o transporte de carga ou transporte individual em função do benefício que traz a toda Cidade. A entrega noturna deveria ser obrigatória para os grandes estabelecimentos, como atacadões, *home centers*, etc., para não atrapalhar o descanso, a entrega deveria ser feita em espaço interno ou edifício.

Centros de distribuição de mercadorias deveriam ser localizados nos quatro pontos

cardeais para que o caminhão não entre na Cidade. Proposta que o VUC – Veículo Urbano de Carga, possa circular 24 horas ao dia, pois é o meio mais adequado ao abastecimento e ao mesmo tempo reduz o número de veículos circulantes. Um VUC equivale a seis fiorinos ou duas vans.

Proibir o tráfego de caminhões de passagem pela Cidade. Esse tráfego deve ficar no rodoanel. Proposta de um órgão de logística para São Paulo.

E por último, considerar a localização das zonas industriais como o polo de Jurubatuba, quando se estabelecem restrições de horário na entrega de mercadorias.

4. Sistema aeroviário. O Aeródromo de Parelheiros é uma irregularidade numa área de proteção ambiental. É um absurdo fechar um aeroporto existente e com isso abrir uma janela de oportunidade para a instalação de um novo em área ambiental.

Campo de Marte oferece serviços importantes. É um prejuízo para a sociedade fechá-lo. Houve reivindicação de que a gestão e a jurisdição continuem com o comando da aeronáutica. O comando da aeronáutica é contra o cancelamento da asa fixa do Campo de Marte pela importância militar, mesmo que haja outra alternativa de pouso. Sua desativação deve ser subordinada aos militares. No local existe hoje uma fábrica militar e de manutenção de caças. Há também um hospital com projeto de ampliação.

Proposta alternativa. Utilizar a área do Campo de Marte como criação de área verde e construção de HIS. Qualquer alteração do sistema aeroviário, como está sendo proposta no Arco Tietê deve ter um tratamento compartilhado entre União, Estado e Município.

5 – Transporte público e sistema viário. Mudar a lógica de planejamento do transporte público continua sendo radial, muitas linhas fazendo o mesmo percurso e sempre passando pelo centro. Deve haver a divisão dessas linhas, corredores perimetrais devem fazer a articulação e aliar as radiais. O sistema de transporte aparece como ordenamento muito tímido.

Implementar micro-ônibus circular alimentador e articulador entre os modais,

melhorar a infra estrutura dos terminais, incentivar o uso de combustíveis não poluentes, como os biodiesel, destinar locais para embarque e desembarque de ônibus de turismo, implantar terminais de ônibus BRT no canteiro central da Avenida Santos Dumont, que não exige desapropriação nem demolição, preservar as existentes e criar faixas verdes ao longos dos corredores, prever faixas exclusivas para motocicletas.

6 – Corredores de ônibus. Manifestação contra proposta de corredor de ônibus da Avenida Sabará e das áreas de adensamento a o longo desse eixo, que alteraria a dinâmica comercial e residencial da região. O corredor irá desestruturar o bairro, alterando a convivência e a boa relação entre comerciantes e moradores. O corredor de ônibus deveria ser transferido para a Miguel Yunes. Querem a exclusão do Corredor Sabará e a manutenção dessas áreas comerciais. Além disso, há um erro no mapa que não exclui a ZER Jardim Bélgica e a ZER Vila Anhanguera. (Palmas)

Corredor da Rua Alvarenga deveria voltar a ser estudado. A proposta dos representantes é que se faça um binário, mão de ida e volta, utilizando as ruas Mar Paulista e Alvarenga.

A proposta dos eixos de transformação pode ser uma ameaça à saúde pública. Existem estudos que comprovam que o modelo de construções altas formando barreiras de edifícios ao longo de uma via ajuda a concentrar a poluição atmosférica e aumenta a incidência de doenças respiratórias. Propõe que o modelo seja revisto, utilizando como exemplo o Corredor da Miguel Yunes, onde apenas um lado seria verticalizado e adensado.

Obrigação da construção de estacionamentos próximo aos terminais. No artigo atual está escrito “preferencialmente” ao lado dos terminais. Preocupação com o fato do Plano Diretor apontar as áreas de adensamento, isso gerará reserva de terra e de valor por parte dos empresários e aumento do preço da terra.

7 – Polo de desenvolvimento. O Plano Diretor cita a criação de novos polos de desenvolvimento e esquece a existência de empresas já instaladas. Em caso da área do

palanque, as empresas que já geram cerca de sete mil empregos não estão regularizadas, não pagam IPTU e o local está em zoneamento ambiental. Além disso, vive problema de acessibilidade e estão sem pavimentação. A proposta do polo do Jurubatuba deveria ser revista. Há empresas instaladas e se saírem outras não podem ser construídas no local.

8 – Eixo de transformação e fora dos eixos. Radicalizar e proibir a edificação com vagas para automóveis, estabelecer teto de vagas para apartamento ou metragem para os empreendimentos fora dos eixos. Definir eixo de transformação em área de manancial é contraditório uma vez que a Lei Estadual de Proteção aos Mananciais especifica o coeficiente máximo um.

Uma outra proposta contrária considera a limitação do coeficiente um problema para o desenvolvimento da região. Em função do corredor já implantado, proposta de extensão do eixo de suas áreas de influência desde o início e por toda Avenida Inajar de Souza. Aumento das áreas de influência dos eixos. O círculo interno deveria ter um raio de 750 metros e o externo um quilômetro. A retirada de área de aplicação imediata dos eixos, com é o caso da retiradas das operações urbanas, que serão ainda implantadas é um erro, porque cada operação demora cerca de dez anos para se realizar. Enquanto a operação urbana não acontece deveria ser proibida a atividade imobiliária.

Estamos indo contra uma tendência mundial de adensamento. Nunca houve estudo para limitar ser a máxima quatro. Por que esse patamar? Por que não seis ou oito? Gabarito de 28 metros é inviável, não dando para construir oito andares e mais o térreo. Impossível seguir a norma de desempenho com esse limite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos passar agora ao grupo cultura, Política de Patrimônio Cultural. Quem vai apresentar é Ana Gabriela Akaishi.

A SRA. ANA GABRIELA AKAISHI – Bom dia a todos. O Grupo 3, cultura e patrimônio cultural contou com a participação de 40 pessoas na tarde de ontem e tivemos

diversas contribuições através de falas e por documentos escritos.

O grupo consolidou suas propostas de uma forma bem objetiva que vou ler para vocês agora.

Com relação ao tema Território Cultural, a primeira proposta é: “Mudança do nome de território de proteção cultural para território de interesse cultural. Fortalecimento do território cultural no texto do substitutivo do PL, acréscimo de mais instrumentos para que ele seja mais efetivo.

Novo parágrafo no artigo 65, proposta de entidade pública para gerenciar o território cultural. Criação de um conselho gestor tripartite para dinamizar economicamente o território cultural e acompanhar a política de apoio à ZEPEC, conforme regulamento específico a contar da vigência do PDL.

Integração de equipamentos de cultura, esportes e saúde nos territórios culturais, com leitura e vivência da cidade. Proposta de criação de novos territórios culturais com, na região Leste, em torno do Parque do Carmo e APA do Tietê, região Sul, área da Cratera e entorno, região Noroeste, fábrica de cimento de Perus, Parque Jaraguá e Anhanguera, região Oeste, Butantã e USP, região norte, Parque da Cantareira. Inclusão do distrito do Brás no território cultural Paulista-Luz, inclusão do Mercado Municipal no território cultural Paulista-Luz, com ações de manutenção do entorno e ações de fiscalização da ZEPEC.

Com relação ao tema das ZEPECs. A alteração de redação para o artigo 60: “Conceder ao simples cidadão direito de indicar ZEPECs para processo de estudo e abertura de tombamento através de solicitação formalmente fundamentada, podendo o cidadão fazê-lo diretamente ao órgão de proteção de patrimônio histórico a qualquer tempo, independentemente da intermediação de qualquer entidade. Prazo de um ano após aprovação do PDE para aprovação de legislação específica para estabelecer a política municipal de apoio à ZEPEC.

Ampliação dos instrumentos previstos no artigo 61, incluindo isenção de taxas

municipais para instalação de funcionamento e atividades culturais, simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção de autorização e alvarás necessários, assistência técnica para orientação sobre elaboração de projetos, propriedade intelectual, acesso a linhas de financiamento, desenvolvimento de produtos, apoio jurídico e acesso a incentivos, a inovação e a pesquisa científica.

Ampliação dos instrumentos e benefícios do polo de economia criativo para as áreas de ZEPEC. Em caso de paralisação da atividade cultural por motivo de obras, o responsável deverá disponibilizar um novo espaço provisório para sequencia dessa atividade. Incluir os itens de paisagem junto com as questões culturais no texto do PDE.

Proposta de novo artigo para o Título II, Capítulo II, Seção IX. Fomentar o programa contínuo de identificação do patrimônio imaterial e cultural com respectiva manutenção dos elementos materiais relacionados aos mesmos e presentes na paisagem. Regulamentação da lei municipal de patrimônio imaterial. Inclusão de ZEPAM e outros elementos de preservação de áreas verdes nas ZEPECs.

Tema tombamento. Aperfeiçoamento da lei específica para manutenção dos bens tombados. Sugestões de outros orgaos públicos para cuidar da avaliação da inclusão dos imóveis a serem enquadrados na ZEPEC APC. Ampliar e incorporar a Lei 12.350/97 – Lei das Fachadas, como incentivo à preservação da ZEPEC BIR. Alteração do artigo 122: “Tomar como base, na forma de cálculo de transferência de potencial construtivo, o valor do metro quadrado venal da Planta Genérica de Valores em substituição ao valor do metro quadrado unitário das outorgas”.

TAC. Acrescentar abandono que compromete o valor do imóvel.

Economia criativa. Substituir o texto do artigo 174, com base no Plano da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura: “Os polos de economia criativa – PEC são territórios destinados ao fomento e desenvolvimento de atividades econômicas e culturais que compõem a economia criativa, entendida como ciclo de dinâmicas culturais, sociais e

econômicas, construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição, circulação, difusão e consumo e fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica. Parágrafo único. Os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica”. Inclusão do termo “solidária” no conceito de polo de economia criativa, ficando: “polo de economia criativa e solidária”. Inclusão do circo como elemento de economia criativa. Transformação dos espaços subutilizados em polos de cultura e de economia criativa. Supressão dos incisos III e IV do artigo 175, que se referem à mídia e a criações funcionais. Supressão do inciso V do artigo 176, sobre reurbanizar áreas. Estabelecimento de contrapartida obrigatória e prazo de implementação para o polo de economia criativa, semelhante ao polo estratégico de desenvolvimento econômico nas periferias. Definição do polo de economia criativa por meio de lei específica.

Integração das áreas de cultura e educação. Integração da cultura com outras políticas setoriais, como esporte, educação etc. Descentralização dos equipamentos de cultura, transformando as escolas em equipamentos culturais.

Temas diversos. Inclusão de no mínimo um espaço para instalação de circos nas 32 subprefeituras, garantindo um espaço para ações culturais diversificadas. Inclusão de referências à comunidade afro-brasileira no texto do PDE. Isenção fiscal para as empresas que apoiem as expressões culturais dos imigrantes.

Era isso. obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Apenas uma lembrança para quem é da região de Santo Amaro. Está sendo realizada hoje a eleição do CADES, das 9 às 17 horas, na sede da Subprefeitura, na Praça Floriano Peixoto. Quem for até a sub para votar, não se esqueça de levar o documento de identidade e um comprovante de endereço.

Passemos ao próximo orador. (Pausa) Cléber Silveira, que falará por 10 minutos

sobre questão ambiental na macrozona de proteção, macroáreas de desenvolvimento de zona rural e instrumentos.

- Falhas esporádicas na transmissão da fala do orador, com prejuízo à transcrição.

O SR. CLÉBER SILVEIRA – Bom dia. Nosso grupo contou com a participação de 26 pessoas; 10 pessoas fizeram intervenções por fala e houve 4 propostas escritas. O conteúdo do nosso grupo versou sobre proteção, política ambiental de macroáreas, polo de desenvolvimento rural sustentável, pagamento por serviços ambientais e instrumentos de gestão ambiental. Dentro desses temas, houve falas sintéticas.

O primeiro foi sobre pagamento por serviços ambientais. Houve pedido de inclusão de outras fontes de recursos, além do (ininteligível); revisão da expressão “posse mansa e pacífica”, a fim de tornar mais abrangente; ampliação do pagamento dos serviços ambientais para macrozona de estruturação e qualificação urbana; proposta de remuneração de serviços ambientais também por meio do mecanismo do sequestro de carbono.

Dentro da zona rural, o polo de desenvolvimento rural. (Ininteligível) restringir a escola técnica a apenas a esfera estadual, permitindo assim que tanto a esfera federal como a municipal possam investir na escola técnica. Incluir o Protocolo Guarapiranga como instrumento ou como complementação para pagamento por serviços ambientais. Incluir o cadastramento ou o recadastramento das propriedades rurais no artigo 181. Também no mesmo artigo, incluir a construção de um entreposto de comercialização e distribuição de produtos agropecuários, pois se acredita que, assim como a área urbana tem seus equipamentos, a área rural também tem e precisa de equipamentos. Incluir a introdução de alimentos orgânicos produzidos na zona rural do Município de São Paulo na alimentação escolar. (Palmas)

Tivemos uma dúvida sobre a justificativa para criação da zona rural, que foi entendida como necessária apenas para trazer programas e recursos federais e estaduais para a região, o que foi considerado insuficiente nessa fala. Mas, nas falas seguintes, essa dúvida

foi esclarecida, defendendo-se que a zona rural é necessária para impedir o parcelamento do solo urbano – que é indesejável nessa região -, para assegurar a proteção das áreas produtoras de água bem como também para trazer os referidos programas e fortalecer a agricultura familiar.

Outras propostas que não estavam diretamente relacionadas a esses temas, mas também contempladas em nosso relatório, versaram sobre: sistema de áreas protegidas e (ininteligível) espaços livres; sistema de gerenciamento de resíduos sólidos; transferência de potencial construtivo e eixos de estruturação metropolitana.

Reinclusão do parque mananciais (ininteligível) em Parelheiros; que a questão dos resíduos sólidos seja formalmente referenciada no PDE, especialmente para as áreas rurais; que a transferência de potencial construtivo possa ser expandida para microáreas urbanas dentro da macrozona de proteção ambiental (que elas fossem expandidas para macroárea de redução de vulnerabilidade urbana, para macroáreas de recuperação ambiental e para macroáreas de (ininteligível) qualificação urbana ambiental. Revisão dos eixos de estruturação metropolitana nas Avenidas (ininteligível), Belmira Marin, Atlântica e Estrada de Parelheiros, dentre outras, aumentando o potencial construtivo de acordo com a legislação específica: a Lei de Mananciais. Hoje, na Bacia do Guarapiranga, o (ininteligível) máximo é 1; portanto, os eixos são incoerentes com isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Informamos também que hoje haverá a eleição do CADES de Cidade Ademar/Pedreira. Da mesma forma, quem estiver interessado e for da região, compareça até as 17 horas munido de documento de identidade e comprovante de endereço.

Próximo inscrito, Sr. Igor Carvalho, que apresentará o relatório sobre moradia e produção habitacional – ZEIS. (Palmas)

O SR. IGOR CARVALHO – Bom dia a todos. O grupo hoje presente é muito

representativo. Ontem não foi diferente. Houve mais de 200 pessoas participando e cerca de 40 que apresentaram contribuições – por escrito ou oral. Todas as contribuições foram analisadas pela relatoria. Algumas muito específicas foram arquivadas. Todas elas foram encaminhadas à relatoria do processo, e as dividimos em nove tópicos, para ficar mais fácil de expor a vocês.

O primeiro tema é a questão da definição, como o texto da lei tratará cada um dos temas. Nesse tema, teríamos a inclusão, na definição de moradia digna, a dimensão física, o tamanho da unidade, compatível com o número de habitantes; a qualidade construtiva (os materiais empregados), iluminação e ventilação.

Colocar a área mínima das unidades habitacionais de interesse social para mais de 39 metros quadrados. Estender o termo “segurança na posse” para todos os tipos de moradia, (Palmas) não somente aquelas que estão em processo de regularização fundiária, porque foi entendido que no texto do substitutivo está-se tendendo a isso, e, na verdade, a contribuição nesse caso é que todo mundo merece ter segurança na posse, inclusive quem reside em moradias locativas.

Retomar a terminologia “plano de urbanização de ZEIS”, que foi trocada no substitutivo por “projetos de intervenção”. Entende-se que plano de urbanização de ZEIS é um tema com o qual estamos mais familiarizados.

Inclusão de assentamentos existentes em perímetros de ZEIS. Chegaram algumas indicações de assentamentos que deveriam ser indicados como ZEIS, e isso foi passado para a relatoria.

Controle social da produção de HIS em ZEIS. Criação de mecanismos para maior controle das ZEIS; reforçar o papel dos Conselhos Gestores de ZEIS; dar maior transparência ao cadastro da Cohab. Empreendimentos de interesse social produzidos pelo empreendedor privado, que sejam também validados pela Sehab, para que haja um controle da demanda. Previsão de sanção para a não regulamentação de programas e planos setoriais que venham

ser estipulados no Plano Diretor, como, exemplo, o Plano de Habitação, que é colocado para ser apresentado no prazo de um ano.

Conflitos de macrozeamento, ou restrições que o macrozoneamento impõe e a ocupação existente. Autorização da construção de habitação de interesse social em macroáreas da macrozona de proteção ambiental; ou seja, onde não for autorizado construir, autoriza-se a partir do momento em que se toma isso como definição. Inserção, no texto da lei, de um artigo que indique que a função moradia prevaleça sobre a ambiental quando se tratar de uma ocupação consolidada em ZEIS 1, em macrozona de proteção ambiental (palmas). Foram citados alguns casos, dentre eles o de Vila Nova Esperança, no Butantã.

Outro tema, política habitacional para população em situação de alta vulnerabilidade social. algumas estratégias foram indicadas: desenvolvimento de um programa de locação social; criação de uma política de fato para a população em situação de rua; incluir a destinação de recursos do Fundurb para produção habitacional, ou seja, para além da aquisição de um banco de terras para habitação de interesse social, seriam também destinados recursos para a produção habitacional; priorizar a destinação de terras compradas com recursos do Fundurb para famílias de zero a um salário mínimo, ou seja, as famílias que serão beneficiadas com os recursos fundiários adquiridos pelo Fundurb, que é a maior parte do déficit; estabelecer percentual mínimo de destinação de área construída para as famílias de zero a um salário mínimo de faixa de renda para todas as ZEIS, porque as ZEIS estão classificando em faixa 1, faixa 2, e a sugestão é se criar mais uma faixa, de zero a um, em separado, que se refere a uma parcela da população que dificilmente é atendida.

Terra para habitação. Estabelecer formas efetivas que garantam a função social da propriedade, evitando a ociosidade imobiliária e a especulação; e gravar ZEIS nos eixos de estruturação da transformação urbana – nos corredores de ônibus *etc.*

Formas de produção de HIS. Nesse tema, foram elencados alguns modelos de produção habitacional com algumas propostas: autogestão, locação social, parceira com o

setor privado e operações urbanas.

Autogestão. Propõe-se que o Plano Diretor estabeleça política de fomento às cooperativas para dar mais capacidade produtiva para essas instituições, que são quem faz hoje habitação de interesse social para déficit de zero a três.

Locação social. Propõe-se criar o programa prioritariamente para famílias de zero a um salário mínimo.

Parceria com o setor privado. Propõe-se a criação de uma parceria público-privada para incentivar a iniciativa privada construindo HIS até o potencial construtivo máximo estabelecido por lei, para além dos cinco pavimentos que tradicionalmente se constroem em HIS.

Parceria com a iniciativa privada para produção de HIS pública fora de ZEIS. Incentivo para construir habitação social, ampliando-se o coeficiente de aproveitamento em outras áreas. Estabelecer e deixar claro quais são os incentivos a serem aplicados para a iniciativa se interessar em produzir HIS. (Palmas)

Em relação à operação urbana, aumentar o percentual de destinação de recursos das operações urbanas para HIS. (Palmas)

Outro tema que apareceu foi área central. Criar uma política específica para habitação de interesse social na área central, evitando especulação de imóveis ociosos. Também sobre a área central, supressão do parágrafo terceiro e quarto do artigo 349 do substitutivo que trata da manutenção dos índices urbanísticos para edifícios demolidos na Operação Urbana Centro, porque foi entendido que abre brechas para construir imóveis de alto padrão. O tópico “Diversos”, que a gente não conseguiu categorizar em nenhum dos outros, pede maior eficiência no programa de requalificação de conjuntos habitacionais existentes no 3R e maior papel técnico social nos projetos sociais.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Igor. O último inscrito, portanto, é

o último grupo de trabalho é o Sr. Carlos Minori, que apresentará a questão ambiental na macrozona de estruturação urbana, áreas verdes, mudanças climáticas e instrumentos. Lembrando aos senhores que estamos rigorosamente dentro do horário.

O SR. CARLOS MINORI – Boa tarde a todos.

O nosso grupo tratou da questão ambiental na macrozona de estruturação e qualificação urbana. Participaram do grupo de trabalho 60 pessoas na tarde de ontem, nas quais 28 se manifestaram oralmente e 17 apresentaram contribuições por escrito.

Dividimos as contribuições apresentadas em propostas e solicitações. Propostas seriam no caso daquelas que já vieram em formato de artigo e solicitações quando elas não vieram no formato de artigo.

Então, como propostas temos: em primeiro lugar, as propostas sobre sistemas de áreas verdes - obrigatoriedade da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente – o FEMA - para aquisição e implantação de áreas verdes públicas vedando a criação de um novo fundo com a mesma finalidade; vedar a utilização de recursos do FEMA para finalidades para as quais não foi previsto; utilização da carta geotécnica ou outro instrumento que vier a substituí-lo para identificação de áreas verdes públicas em regiões de várzea; impossibilitar o aumento dos índices de ocupação pela CAIEPS nos casos de ocupação de áreas verdes públicas com equipamentos sociais e substituição do termo “preferencialmente” por “obrigatoriamente”, no artigo 262.

Em seguida temos as propostas sobre rede hídrica. A primeira delas é a priorização da adoção de tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis na recuperação ambiental de cursos d’água e fundos de vale. Depois temos a definição de ações prioritárias para o programa de recuperação ambiental de fundos de vale, mudando a Seção VI para o Capítulo II.

Em seguida temos as propostas sobre instrumentos urbanísticos e ambientais. A única delas é a supressão do artigo 117, § 2º, sobre a transferência ao direito de construir.

Nós temos também propostas sobre saneamento ambiental, que é a implantação

de sistema de tratamento biológico de esgoto na zona rural.

Finalmente, a proposta sobre educação ambiental. A primeira delas é a criação e implantação do PEACS – Plano de Educação Ambiental e Comunicação Social - no gerenciamento integrado de resíduos sólidos. A segunda é a inserção de objetivo ou diretriz para a criação de educação ambiental e comunicação social para apoiar e monitorar o sistema de saneamento ambiental.

Em seguida, aliar as metas com ações propostas para o PEACS e seus indicadores e ampliação da implementação das ações para o manejo diferenciado de resíduos sólidos para a rede estadual e particular de ensino.

Com relação a solicitações, nós temos solicitações para o sistema de áreas verdes. A primeira delas é a utilização de espécies nativas para o plantio ou replantio, a manutenção e inclusão no plano e implantação de parques. Foram citados: o Parque Augusta, o Minhocão, o Mooca, Brasilândia, Dom Pedro, Campo de Marte e Fonte Gioconda, na Cantareira.

Outra solicitação com relação ao sistema de áreas verdes é a inserção de mapa específico para o sistema de áreas verdes.

Em seguida, a definição de faixa preservada no cinturão verde nas bordas da expansão urbana conectada ao sistema de áreas verdes do Município, a criação de mecanismos para garantir a implementação efetiva de parques, a inserção da questão da segurança nos parques, o estabelecimento de prazos para a elaboração dos planos municipais específicos e a revisão da demarcação de ZEIS em áreas grafadas como parques lineares.

Com relação a solicitações sobre recursos hídricos, nós temos a obrigatoriedade do reuso de água para a determinação do fator de redução da outorga onerosa para edificações sustentáveis; o estabelecimento de critérios para a governabilidade das águas; a obrigatoriedade do reuso de água armazenada em piscininhas; e a criação de órgão municipal de planejamento e gestão de recursos hídricos.

Como solicitações sobre resíduos sólidos nós temos: manutenção das áreas de

manejo de resíduos sólidos contidos no Plano Diretor; o aumento do número de ecopontos; e a obrigatoriedade da logística reversa para materiais e rejeitos recicláveis com a participação das cooperativas.

Nós temos ainda as solicitações sobre educação ambiental, que seria a inserção da sustentabilidade no currículo escolar.

Ainda temos as solicitações sobre instrumentos de planejamento. A primeira delas é a previsão e a atualização dos indicadores ambientais no Plano Diretor e a defesa da carta geotécnica atual e sua atualização.

Logo em seguida, a elaboração de quadro com o estabelecimento de prazos e competências para planos específicos previstos pelo Plano Diretor; a concessão de anistia de imóvel para implementação de mecanismos sustentáveis; a consideração da dimensão ambiental nos eixos de transformação urbana e o envolvimento de empresas privadas para manutenção e construção de áreas públicas.

Finalmente temos as solicitações sobre o tema de transporte. O primeiro é a implantação de corredores de ônibus na faixa da direita; implantação de corredores de ônibus em conjunto com ciclovias.

Só para finalizar, uma polêmica que surgiu na discussão de hoje na parte da manhã foi a necessidade da criação de um fundo específico para parques, conforme está previsto no artigo 270 do substitutivo ou então tornar obrigatória a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente – o FEMA para a aquisição de áreas e a implantação de parques.

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Minoru. Com a apresentação do último inscrito, estamos aqui há 12h34, dentro do horário, entendemos que todos os grupos de trabalho representando todos os que estiveram presentes praticamente estão contemplados sobre aquilo que foi o trabalho de ontem até agora.

Mas daremos continuidade ainda. Gostaríamos de informar primeiramente que os

ônibus para o terminal Tietê estarão disponíveis das 13 às 15 horas, na saída principal. As propostas podem ser apresentadas ainda até o dia 21 de abril no *site* da Câmara. Documentos também podem ser protocolados aqui nesta mesa ou na mesa ao lado para quem tiver documento para entregar e fazer parte dos nossos trabalhos.

Faremos inscrição de até dez pessoas para falar dois minutos, já que temos mais alguns minutinhos, com o Dilson. Cumpriremos rigorosamente o tempo, como combinado. Quem já falou ontem poderia não falar hoje, contribuindo muito para os demais participarem.

O SR. NABIL BONDUKI – Enquanto as pessoas se inscrevem, eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito e cumprimentar os relatores e pedir uma salva de palmas para todos eles, porque conseguimos sintetizar bastante o que foi falado. (Palmas)

Fiz uma conta, porque não tinha sido feita a sistematização, houve a participação de 616 pessoas dos grupos, um número significativo. Mas o mais importante é que 212 pessoas fizeram propostas ou falaram. Isso mostra que 212 pessoas contribuíram para esse relato que foi feito aqui. Mostra a possibilidade ampla de participação, cada um falou uma vez. Tem muita audiência pública em que uma mesma pessoa fala várias vezes. Isso amplia a possibilidade de fala. Então, um terço de todos os presentes pôde se manifestar nos grupos. Agradeço a todos que participaram desse processo num sábado e domingo de sol. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay, dando continuidade aos trabalhos, procederemos da seguinte forma: eu vou chamar e a pessoa quando for falar, diga novamente o nome para efeito das Notas Taquigráficas e de onde vem ou quem representa. Usaremos rigorosamente os dois minutos para que todos estejam dentro do horário e possamos utilizar de toda a estrutura de transporte e voltemos às nossas casas com tranquilidade.

Tem a palavra o primeiro inscrito, o Sr. João Cassiano de Oliveira.

O SR. JOÃO CASSIANO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Nós vamos fazer uma intervenção no sentido de admirar a participação das mulheres e para admirar o trabalho que vem fazendo a Secretaria e a Câmara de Vereadores durante esse processo que

está perto de finalizar uma parte importante.

Por isso, hoje parabenizamos os presentes, porque estão demonstrando uma grande capacidade de participar. Deixaram o seu bairro, a sua periferia, com seus movimentos, para estarem presentes e exercerem um controle social outorgado pela constituição política do Estado, o Estatuto da Cidade e as leis que regem o País atualmente.

Queremos apenas agora lembrar a todos que estão presentes nessa interrelacionalidade, nessa interrelação que, graças a um passado histórico, podem estar hoje utilizando essa liberdade, porque estamos falando que devemos seguir lutando por essa liberdade, por esse processo democrático, que não poderá terminar dentro de um ano ou dois anos, porque é uma necessidade.

Quando nós observamos a participação daqueles que tiveram habitação, daqueles que tiveram em outros grupos e sentido o desejo de construir um Brasil melhor, nós entendemos que aqueles que não estão entre nós não se equivocaram.

Parabéns a todos vocês. Parabéns à Secretaria e a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Parabéns. Cinquenta anos depois que o Brasil ficou mudo uma participação tão bonita quanto esta. Muito obrigado, parabéns a todos vocês.

Tem a palavra o Sr. José Roosevelt Junior.

O SR. JOSÉ ROOSEVELT JUNIOR – Bom dia a todos. Meu nome é José Roosevelt Junior, eu sou conselheiro participativo pelo distrito de Moema e também diretor da Associação dos Moradores e Amigos de Moema.

Queria primeiro dar os parabéns para os profissionais do movimento habitacional. Vi que o pessoal se mobilizou muito e parabéns pela mobilização. Mas, por outro lado, é importante que a gente não pense na Cidade só na questão do ponto de vista da habitação. A gente tem que integrar esta cidade, pensar no ponto de vista social, não só pensar que a gente precisa de habitação, mas de praça, saúde, água. A gente precisa de tudo isso.

Então, como bem disse aqui, a ideia é que a gente consiga integrar socialmente esta cidade com esse novo Plano Diretor. Acho que esse é o principal objetivo. Eu sei que todo mundo tem as suas vontades, todo mundo tem os seus desejos, mas a questão é vamos ceder um pouquinho, vamos conquistar um pouquinho para juntos a gente conseguir uma Cidade melhor para todo mundo.

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. O próximo inscrito é o Sr. Paulo Acras.

O SR. PAULO ACRAS – Queria agradecer a participação e dizer que eu fui um pouco mal educado com o Secretário e com o pessoal da Mesa nas reuniões, porque achei que não estava muito claro o texto do Plano Diretor e parabenizar a equipe do Nabil e toda a estrutura, que melhorou muito esse novo substitutivo. Ficou muito mais claro o entendimento e consegui esclarecer minhas dúvidas com o pessoal que estava na sala.

Queria só lembrar e fazer um pedido para vocês, os Vereadores presentes, para que conversem com o Prefeito Haddad para que regulamente a lei de comida de rua para os ambulantes. O povo que está aqui precisa dessa lei para pagar as contas, colocar comida em casa e viver dignamente. Então, quer dizer, é um pedido de coração, porque acho que o povo precisa dessa lei mesmo, porque o ambulante vive correndo e se expondo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu que agradeço, parabéns pela atitude. Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora Lopes Martins, a Dora.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES MARTINS (Apelido DORA) - Ele está dividindo o tempo dele comigo, porque há muita disputa para falar. Sou da Associação São Benedito Legal e uma pergunta que eu faço é por que o Plano Diretor Estratégico continua engessando a questão do problema do zoneamento? Porque a Lei de Uso e Ocupação do Solo, quando for discutida, vai ter que respeitar a diretriz. Nós não vamos poder bater de frente

com a diretriz. E aí, como é que fica? Então, fica essa pergunta.

E tem mais, então os incisos do parágrafo único do artigo 13 precisam ser alterados. Outra coisa, incluir o Parque Orlando Villas Boas na lista de parques a serem implementados de forma definitiva. (Palmas)

Lopes Martins, apelido Dora. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Ana Martins, ex-Vereadora da nossa Câmara Municipal de São Paulo, que representa tão bem a zona Leste.

A SRA. ANA MARTINS – Bom dia a todos. Parabenizo os Vereadores que vieram hoje. Vamos saudá-los com uma grande salva de palmas. (Palmas)

Gostaríamos que todos os componentes da Comissão de Política Urbana estivessem aqui. Sabem por quê? Porque Vereador tem de ter mais compromisso. Os que estão aqui estão empenhados. Isso é democracia. S.Exas. foram eleitos para isso.

Primeiro, esse é um momento democrático. Vejam como é bom viver a democracia. Gostaríamos que os Srs. Vereadores e o Sr. Fernando, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano levassem um recado ao Sr. Prefeito: “S.Exa. não podia faltar aqui, porque, em grande parte do que foi levantado, não se iludam, não entram tantos pormenores, inclusive num Plano Diretor; mas para esses pormenores, cadê o Sr. Secretário Municipal de Habitação para ouvir? Cadê o Sr. Prefeito para ouvir? Digo isso porque muitas coisas vão para regulamentação. No Plano Diretor, não vão tantos pormenores, porque é uma lei da Cidade. Foi muito bom discutirmos a questão ambiental e ainda falarmos o que resta de áreas rurais. Oitenta por cento do que estão aqui estão para falar de habitação. Sim ou não?

- Os presentes dizem: “É”.

A SRA. ANA MARTINS – Por que habitação? Porque habitação ainda é um gargalo na Cidade. Sei que o Vereador Nabil Bonduki, relator, é sensível à questão da

habitação. Então, levanto algumas sugestões. Primeiro, que as resoluções dos grupos sejam enviadas para todos, porque essa é uma forma de cobrar. Como ninguém conseguiu anotar tudo, que as resoluções sejam enviadas, e os Vereadores que vieram comprometam-se a enviar os documentos para todos, pelo menos para os que estão participando hoje, que merecem respeito. S.Exas. precisam ter isso em mãos. Segundo, ter os documentos na mão é continuar cobrando. O que levantaram aqui não é para um ano, mas para cinco, dez anos ou mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isso mesmo.

A SRA. ANA MARTINS – Então, temos de estar atentos. Não podemos ser só imediatistas, porque a Cidade está desordenada. O Plano Diretor é para ordenar e estamos ajudando a construir. Por isso, ficamos tristes com a ausência do Sr. Prefeito, mas confiamos em S.Exa., pois tem um projeto democrático popular, e isso tem de dar certo. Não pode dar errado. Não podemos ser contra um projeto democrático popular. Se os Vereadores que estão aqui não defendessem a democracia popular, não estariam aqui num domingo. Então, temos de ajudar as coisas darem certo.

A outra proposta é que fosse feito um documento sobre as questões habitacionais para o Sr. Secretário Municipal de Habitação, já que S.Exa. não veio; e que seja enviado um documento para o Sr. Prefeito, dizendo da nossa tristeza de S.Exa. não ter vindo. Essa reunião é de vez em quando. Esses momentos democráticos têm de ser muito aproveitados por nós e pelos que acreditam na democracia. Sei que o Sr. Fernando Haddad acredita na democracia, mas S.Exa. precisa vir aqui e ouvir mais o povo, para poder acertar mais e para poder colocar as coisas no lugar.

Dou outra sugestão. No plano de campanha do Sr. Fernando Haddad, havia 300 pontos de cultura. O Plano Diretor agora poderia privilegiar que cada CDC, cada CDM e cada escola EMEF, não dos pequeninhos, fossem, nos finais de semana, pontos de cultura, e não só os 85 que estão sendo colocados agora. Queremos que o Plano Diretor contemple isso. Ponto

de cultura é um grupinho que começa a fazer poesia e canta. Podemos multiplicar pontos de cultura na Cidade. Para isso, não é preciso de muito dinheiro. O povo faz cultura sem dinheiro.

Por fim, gostaria que a Secretaria Municipal da Habitação - o Sr. Secretário de Habitação não está presente - e o Sr. Prefeito Fernando Haddad contratassem mais funcionários para essa Secretaria, senão as ZEIS não vão sair do papel e do Plano Diretor. São necessários arquitetos, engenheiros e assistentes sociais nas equipes da Habitação em cada região e nas subprefeituras. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sra. Ana Martins, podemos encaminhar também documentos por escrito.

Não deu para fazermos cópia para todos sobre esse material que foi lido e apresentado, mas tudo está disponível no site da Câmara. Então, todos terão, com certeza, acesso aos documentos.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Parabenizo a presença de todos, inclusive as autoridades da mesa. Participamos de 43 audiências públicas, onde foram apresentadas várias teses e ações que estão contemplando o Plano Diretor. Gostaria de saber se não poderia ser encaixado um artigo ou inciso para combater a ação de violência do Estado e da especulação imobiliária nas áreas ocupadas. A justificativa é que, em 1968, três alemães, na cidade de São José dos Campos, foram chacinados de uma forma esquisita. Em seguida, o Naji Nahas e o seu grupo, junto com o grupo do Governador do Estado aqui invadiram a área de 1.150.000 metros quadrados. Ele construiu uma empresa na área e a deixou abandonada, devendo mais de 20 milhões de reais de IPTU para a Prefeitura. Seis mil famílias ocuparam aquela área e, depois de dez anos, o Sr. Sr. Geraldo Alckmin, numa operação de guerra, junto com a especulação imobiliária e o próprio Nahas, financiou(?) a Justiça, a Polícia Militar. Barbarizaram seis mil famílias, estupraram 30 mulheres e mataram um jovem de 13 anos e um senhor idoso de cerca de 68 anos.

Esse inciso seria para combater a ação de violência do Estado e da especulação imobiliária em áreas ocupadas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Diná de Jesus Machado.

A SRA. DINÁ DE JESUS MACHADO – Sou da Associação Chácara Soares e Itaquera-Vila Carmosina. Estou aqui representando uma comunidade. O terreno onde moramos é para ser indicado como ZEIS. Venho aqui agradecer, porque ontem pedi respostas, e hoje já estive com o Sr. Edilson e já conseguimos marcar uma reunião para quarta-feira. Estamos sendo atendidos. Gostaríamos muito que a Secretaria e o Sr. Prefeito estivessem aqui para nos ouvir, porque é muito importante dar credibilidade ao trabalho.

Agradeço a oportunidade e bom dia a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – A web rádio da Câmara Municipal de São Paulo manterá ainda, ao longo da semana, toda a repercussão e tudo o que foi dito aqui nesse final de semana de trabalho sobre o Plano Diretor nas audiências públicas.

Tem a palavra a Sr. Gilda Bacelar Francesconi.

O SRA. GILDA BACELAR FRANCESCONI – Bom dia a todos. Participei ativamente da elaboração de todas as reuniões. Cobrei exaustivamente o nosso problema, da regularização fundiária da Alex Jafet, 2055. Finalmente agora eu vi, de fato e de direito, contemplado pela primeira vez. Primeira coisa, preciso que o nosso Secretário dê-me pessoalmente o nome e o telefone de alguém, porque precisamos fazer o nosso terceiro processo, porque dois processos foram arquivados. Preciso abrir o terceiro dessa vez, de forma que não vai mais ser arquivado.

Pela primeira vez, estou agradecendo, porque estou sendo contemplada. Agradeço todos os representantes do Poder Público, a Câmara Municipal, inclusive o gabinete da Presidência, os assessores do Vereador Nabil Bonduki e o Sr. Subprefeito de Pirituba, Sr. Carlos Eduardo, que me trata como se eu fosse da família. Essa é a forma de participação da

população. Eu tenho 65 anos de idade e essa é uma forma bonita de reivindicar com respeito, com alegria e com participação; e não simplesmente indo para as ruas quebrando coisas ou bancos, muito menos ônibus, que são nossos ônibus. Estão quebrando o que é nosso. Isso é errado. Então, precisamos educar mais os nossos jovens, para que realmente aprendam conosco a reivindicar e a mudar leis.

Por fim, agradeço o nosso Prefeito democrata realmente, o Sr. Fernando Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Isaías Virgínio da Silva.

O SR. ISAÍAS VIRGÍNIO DA SILVA – Boa tarde. Agradeço os companheiros da mesa, principalmente o Vereador Nabil Bonduki, companheiro de luta na área da Habitação. Sou coordenador do fórum de regularização fundiária da zona Noroeste. Fui contemplado com o nosso grupo, das propostas que discutimos sobre a regularização fundiária.

Faço uma crítica aqui. Temos a lei 11.977/09, que foi aprovada há cinco anos. Por que não foi aplicada ainda na demarcação urbanística? Já levantei muitos processos de regularização fundiária. Há herdeiros(?) que já têm mais de cinco anos com processo que ninguém contestou e a Prefeitura, até agora, não agiu para dar posse de terra para os moradores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Carlos Aparecido Príncipe.

O SR. CARLOS APARECIDO PRÍNCIPE – Bom dia. Temos um problema na área da habitação. Eu moro na zona Leste e os moradores têm títulos de posse. Não têm escrituras. Quando procuramos quem cuida das escrituras e dos títulos de posse, é uma equipe desse tamanho, de três a quatro pessoas. Se não mudar essa situação, que estamos entrando num funil, onde a entrada é grande e a saída é bem pequenininha lá, que vem do Governo, e se não houver advogados e equipe na subprefeitura para ajudarem essa situação, vai ser mais um fardo que a Prefeitura de São Paulo vai carregar nas costas, principalmente a Secretaria

Municipal da Habitação. Precisam parar com isso e dar continuidade a esse trabalho de equipe. Precisamos de advogados e técnicos. Sem isso, nada vai andar. Há muita gente que depende da habitação de várias formas. Uma das formas é que essas pessoas estão carentes. Vou dar um minuto para a nossa colega falar. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADA – Muito obrigada, moço. Sou do conselho de Saúde da Vila Mariana e pertenço a um fórum de doenças raras. Quando especifiquei Vila Mariana é porque sou moradora de lá desde 1964. Sei que há muitos imóveis irregulares que não estão específicos. Há cortiços, para se tornarem uma sede própria, para amparar quem venha fazer tratamento, em São Paulo, de doenças raras, como lúpus. Esses cortiços têm de ser especificados. Não basta alugarem uma casa ou trazerem pessoas para fazerem tratamento e as deixarem numa periferia. A Vila Mariana é considerada a cidade dos idosos e universitários. Para se fazer tratamento, é necessário local, sede própria. Então, as associações e os fóruns de doenças raras pedem que esses cortiços sejam transformados em casa de apoio, o fulano vem, faz o tratamento e vai embora, não precisa morar aqui. E tem de especificar que são cortiços irregulares. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ivanete Costa.

A SRA. IVANETE – Sou conselheira do M'Boi Mirim e também tenho uma associação chamada Mulheres do Jardim das Flores. Eu vim pelos meus moradores, que me pediram. O que eu falei, entrou alguma coisa, mas não foi contemplada ainda porque terão várias audiências.

Onde eu moro tem umas quatro casas da Prefeitura. Eu já coloquei, saiu que vai tentar legalizar essas casas.

Tem muita gente também que vive na moradia e na luta há quase 10 anos e eu gostaria que tivesse prazo para isso porque as pessoas vão às reuniões todos os domingos, então, deveria ter prazo porque elas pensam: dez anos eu estou nessa reunião e não sai a minha casa! Então, fica descredida. Eu acho que deveria acrescentar um prazo porque as

pessoas têm o que fazer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Finalizo com Débora Moreira de Souza Rocha.

A SRA. DÉBORA MOREIRA DE SOUZA ROCHA – Boa tarde. Estou aqui para agradecer em primeiro lugar porque agora consegui receber o convite oficial. Estou encerrando hoje a minha gestão no Conselho Gestor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Cultura da Paz do Distrito de M'Boi Mirim que venho defendendo.

Eu quero pedir aos Srs. Vereadores porque eu acho que vocês podem fazer alguma coisa que são as novas invasões nas áreas de intervenção de R4, de mananciais, no Distrito de M'Boi Mirim. As pessoas que estão ocupando estão no auxílio aluguel. Isso que está acontecendo é gravíssimo porque não conseguimos falar de questão ambiental no M'Boi Mirim se a gente está tendo novas ocupações em áreas que já estão em intervenção. Então, a gente quer fiscalização.

Estou pedindo fiscalização dessa questão. O que eu descobri? As associações que são ligadas à questão partidária, infelizmente, estão promovendo esse tipo de ação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos ouvir o Sr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO CASÉ – Meus amigos, muita gente que está aqui me conhece. Eu faço parte deste conselho há muito tempo. Estou aqui para reivindicar. Eu sou campeão de judô e sou também um cara que deu dinheiro para o bem do Brasil. Eu dei ouro para o bem do Brasil.

Todo mundo fala da revolução agora, mas ninguém fala disso não. Parece que estão mudos. Sabe quanto São Paulo deu? São Paulo deu, na época, um trilhão e 200 e poucos milhões. Para onde foi esse dinheiro? Eles nos roubaram, esses vagabundos que estão ai. Já morreram um bocado deles.

Vocês precisam saber que nós, brasileiros, na hora de reivindicar temos de ser como a Vereadora falou. Eu pedi ao Prefeito, no dia em que ele foi lançado candidato, para

acabar com o Controlar. Demorou, mas acabou. Eu tenho a fotografia para mostrar.

Eu quero que vocês leiam esse negócio que eu trouxe em alto em bom som porque eu sou um cara que reivindica as coisas com dignidade. Tudo o que eu falo eu provo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Eu só quero parabenizar a participação de todos. Cumprimento o Secretário Fernando Mello Franco, representando o Poder Executivo. Eu vive o Plano Diretor de 2002 e a tentativa do Plano Diretor na legislação passada. Hoje estou vivendo este Plano Diretor.

Cumprimento o Sr. Prefeito porque eu estava na reunião em março de 2013. Tão logo tomamos posse o Prefeito pediu para que a Câmara pudesse votar e, principalmente, democratizar o debate.

Este processo não começou este ano. Começou em março de 2013, de baixo para cima, primeiramente, no Poder Executivo que fez dezenas de audiências públicas. Em agosto, o projeto que foi debatido inicialmente com a sociedade chegou à Câmara Municipal de São Paulo que começou a fazer as audiências públicas. Chegamos a aproximadamente 50 audiências públicas.

Quero frisar a importância do debate e da participação de vocês, porque quem vive o dia a dia consegue refletir melhor as suas demandas e necessidades. Todos os dias estamos aprendendo na Câmara Municipal de São Paulo e procurando fazer um plano com equilíbrio visando atender, pelo menos de minha parte, a classe menos favorecida.

Muito obrigado e bom domingo a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador e relator Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Tudo o que recebemos e a síntese desse trabalho de dois dias das mais de 600 pessoas que participaram dos debates nos grupos de trabalho, as

800 que estiveram aqui de manhã e mais todos vocês que estiveram aqui neste domingo, isso tudo vai ser sistematizado e organizado. Têm questões aqui que já estão no projeto e outras que podem ser incluídas. Têm questões que dizem respeito ao Executivo e não a uma ação do Plano Diretor e têm questões que talvez não consigam ser contempladas. Não é porque está no relatório que podem ser contempladas necessariamente.

Como já fizemos anteriormente, vamos analisar cada uma das questões e vamos tentar encontrar a melhor maneira de acolher esses pontos de vistas. Lembro que ainda temos uma questão importante, o Plano Diretor tem de ser aprovado, no mínimo, com 33 votos. 33 Srs. Vereadores precisam aprovar o Plano Diretor. Nós queremos que os 55 assinem porque isso dá mais força para ele ser implementado.

Aquilo que está no texto e que vocês consideram importante não está garantido que ficará daquele jeito, porque ainda pode ser modificado. Outras questões, eventualmente, podem entrar. Então, é muito importante a mobilização de vocês nesta etapa final.

Estou vendo todos da Sabará, vocês continuam firmes e mobilizados. Vejam como é importante a mobilização na hora da votação, porque os Vereadores são sensíveis à mobilização e à presença da população. Por isso reforço a importância de vocês acompanharem o trabalho.

Estamos fazendo um trabalho com transparência, com democracia. Serão divulgados os dias. Na próxima quarta-feira, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, o projeto poderá ser votado. Está tudo programado para ser votado. A partir daí teremos duas votações na Câmara, em primeira e segunda votação. Esse é o caminho que vamos trilhar daqui até chegar ao resultado final.

Nesta semana a gente registra os 50 anos do golpe militar que levou à ditadura. Então, uma manifestação de participação como fizemos, mostra o quanto o País evoluiu de uma época de ditadura onde as pessoas não podiam falar. O nosso primeiro Plano Diretor, em 71, foi aprovado sem nenhuma discussão pública. Então, agora, podemos ter um Plano Diretor

aprovado com esse processo todo. Isso mostra o quanto o País evoluiu e quanto ainda mais precisa evoluir para chegarmos naquilo que é a cidade justa que esperamos.

Muito obrigado a todos que participaram e todos que construíram este processo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos ouvir o Secretário Fernando de Mello Franco.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Eu também queria parabenizar todos vocês. Está sendo um processo muito exaustivo. Acho que todos nós concordamos com isso, mas ao mesmo tempo vem sendo muito rico e muito respeitoso de todas as partes que estão debatendo legitimamente o destino da Cidade.

Nós, do Executivo, participamos desse evento neste final de semana e aproveito para parabenizar e agradecer o trabalho da minha equipe que está com muita garra acompanhando todo o processo. Nós vamos processar as informações que vieram, os textos, os relatórios e vamos nos posicionar, enquanto Executivo, as nossas opiniões a respeito desse material.

Reitero a fala do Nabil. Muitas dessas questões que vocês trazem sou absolutamente solidário e concordante, várias delas não são inclusive propriamente objeto de um Plano Diretor. Nós temos de ter noção que o Plano Diretor tem os seus objetivos e tem seus limites.

Mas, representando o Executivo, aquilo que não couber para ser incorporado ao Plano Diretor, vou levar ao Governo como um todo. Posso assegurar que este é um projeto que o Prefeito Fernando Haddad tem participado ativamente, conversamos praticamente diariamente sobre todo esse processo. Nós nos posicionaremos nas instâncias devidas a essas legítimas solicitações propostas e demandas de todos vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradeço o trabalho exaustivo de todas as

assessorias técnicas que estiveram presentes ao longo de todo esse processo, dos gabinetes dos Vereadores que compõem a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e outros, a estrutura e o gabinete do Vereador Nabil Bonduki, que tem acompanhado todas as demandas com todo o carinho para que possamos trilhar um caminho democrático na busca de um Plano Diretor que atenda a expectativa da Cidade.

Agradeço a vocês que deixaram seus afazeres para estar conosco em uma manifestação muito bonita da democracia, 50 anos depois que ficamos mudos, temos a oportunidade de ouvir todas as situações que foram expostas durante esse processo e que serão aproveitadas.

Não se esqueçam de que estamos tratando desse assunto dentro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Esse ordenamento da Cidade e a cidade que queremos ter é uma manifestação política da sociedade, do Legislativo e do Prefeito Fernando Haddad. Há um interesse e uma vontade política do Prefeito Fernando Haddad muito grande para que possamos resolver esta situação ainda neste semestre, assim como dos Vereadores e de vocês também. Portanto, a política é a arte do possível. Vamos tentar colocar no Plano Diretor aquilo que for possível e que pode ser aplicado.

Agradeço também ao CEM Sebrap que esteve acompanhando o trabalho, à TV Câmara São Paulo extensivo a todos os órgãos de imprensa que acompanharam esta audiência pública. Isso mostra que a sociedade paulistana está politizada.

Estou no meu 5º mandato, quase que a 18 anos na Câmara, e nunca vimos nada deste tamanho, dessa proporção, com essa organização e com esta participação e com a qualidade que as manifestações tem vindo. Um dos símbolos que está aqui é a Sabará. Uma manifestação pacífica, técnica e que foi ouvida na Câmara. É muito interessante trabalhar desta forma. Juntos fazemos muito melhor do que isoladamente. Não tenham dúvidas. Nós estamos juntos com vocês. Muito obrigado. Tenham todos um belíssimo final de semana.